

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira,
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados,

Em 2010, a Região Autónoma da Madeira viveu momentos difíceis e dramáticos, numa tragédia que ficará para sempre na nossa memória.

As inundações que ocorreram na Ilha da Madeira, numa dimensão nunca vista nos nossos tempos e com resultados trágicos, revelaram o lado estóico e solidário das nossas gentes, mas também as nossas fragilidades, deixando lições importantes para o futuro.

E foram essas lições que tivemos de aprender e de aplicar na reconstrução da Madeira.

A primeira preocupação e o esforço inicial foi para garantir a segurança e o realojamento das populações atingidas.

Este trabalho foi feito com a urgência que as circunstâncias reclamavam.

Depois dessa primeira, a prioridade foi para a recuperação das infraestruturas públicas, nomeadamente na garantia das acessibilidades internas e na reposição dos cursos de água em condições de segurança para as populações.

Do país e de inúmeras pessoas anónimas recebemos a genuína expressão de solidariedade e de cooperação no retorno à normalidade da vida.

Em termos institucionais, esta tragédia reposicionou a visão do Governo da República face à Região, que se materializou na nomeação de uma comissão paritária entre o Governo da República e o Governo Regional.

Aferida a dimensão financeira envolvida, depois de uma avaliação conjunta, foi definido um quadro extraordinário de meios de financiamento para a reconstrução das zonas afetadas e de apoio às populações e às empresas atingidas, que culminou com a aprovação da denominada “Lei de Meios”, em junho de 2010.

A partir daqui foram já aprovadas mais de 400 intervenções no âmbito da Lei de Meios, espalhadas por todos os concelhos da Ilha da Madeira.

E apesar das limitações ao investimento impostas pelo Programa de Ajustamento, que levaram ao prolongamento no tempo do Programa de Reconstrução, a verdade é que foi possível, ainda assim, dar execução a um conjunto muito importante de intervenções.

Desde logo na área da habitação, onde a Investimentos Habitacionais da Madeira (a IHM) apoiou 394 famílias, beneficiando mais de um milhar de madeirenses.

Para o realojamento das famílias cujas habitações foram destruídas ou deixaram de ter as condições mínimas de habitabilidade, foram acionados dois tipos de ajuda: um apoio atribuído diretamente às famílias e outro apoio via IHM, para a aquisição, construção e reabilitação das habitações.

Das 394 famílias apoiadas, 159 foram realojadas em novas habitações e em conjuntos habitacionais sociais.

Outras 15 famílias, que ficaram alojadas provisoriamente no Conjunto Habitacional do Estabelecimento Prisional da Cancela, estão a ser realojadas definitivamente pela IHM, havendo quatro famílias que pretendem recuperar as suas habitações de origem.

As restantes 220 famílias receberam apoios para a reabilitação da sua habitação própria, sendo que apenas 21 famílias ainda não iniciaram essa recuperação, apesar dos significativos esforços desenvolvidos e de algumas famílias já terem, inclusive, recebido o correspondente apoio financeiro.

Entretanto, e na impossibilidade dessas obras serem concluídas até 31 de dezembro de 2015, foi prorrogado por mais um ano o prazo de vigência do diploma que permite o seu financiamento, de modo a assegurar a conclusão dessas obras.

Para estes casos, o Governo Regional deliberou ainda prorrogar o prazo de aplicação do valor mínimo da renda social aos contratos de arrendamento das respetivas famílias.

Mas apesar do muito que já foi feito nesta área, com centenas de realojamentos, reabilitação e construção de habitações, o Governo Regional continuará a trabalhar afincadamente e não vai descansar enquanto ainda houver quem aguarde por uma solução definitiva.

No que se refere às intervenções necessárias nas zonas de risco, na consolidação das escarpas e encostas alvo de deslizamentos, foram executados importantes projetos, tanto da iniciativa dos municípios como do Governo Regional.

Ao nível municipal, importa referir o esforço feito nesta área pela anterior vereação da Câmara Municipal do Funchal, com as intervenções nos taludes em zonas consideradas de risco na freguesia do Monte, bem como na escarpa no Caminho do Curral Velho, na Rua Dr. João Abel de Freitas e na Estrada Comandante Camacho de Freitas.

Por seu turno, e no que se refere aos taludes das estradas regionais, o Governo Regional procedeu à sua estabilização e proteção, com intervenções um pouco por toda a Ilha.

No concelho do Funchal foram executadas obras ao longo do Caminho dos Saltos e a consolidação do talude leste sobranceiro à ligação da Cota 200 ao Campo da Barca.

Na Ribeira Brava, executou-se as obras de estabilização do talude marginal à Ribeira da Fajã das Éguas, na freguesia da Serra de Água.

Na freguesia do Curral das Freiras, o Governo realizou obras de estabilização no talude da Seara Velha de Baixo e obras de consolidação no talude das Balseiras.

Na Ponta do Sol foi executado o talude no Sítio das Voltinhas, o talude no Sítio da Rateira e o talude no Sítio dos Moledos, na Madalena do Mar.

Em São Vicente, procedeu-se à estabilização do talude junto à estrada regional, no Sítio da Falca, freguesia da Boaventura.

Em Santana, foi executada a estabilização junto à estrada Regional 101, nas Quebradas, freguesia do Arco de São Jorge.

E estes são apenas alguns exemplos que comprovam o trabalho já feito, que não pode ser ignorado.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Para além destas intervenções nas áreas da habitação e de consolidação de escarpas, foram executadas largas dezenas de intervenções em cursos de água e em pontes um pouco por toda a Ilha, é verdade que com maior expressão em volume de investimento nos concelhos da Ribeira Brava e do Funchal, mas nem por isso com menor importância em termos de segurança nos demais concelhos.

Importa ainda sublinhar que o Programa de Reconstrução da Madeira tem sido um processo totalmente transparente no que se refere à aplicação dos meios financeiros colocados à nossa disposição, tendo sido criados desde a primeira hora mecanismos internos de controlo, que têm sido o garante da correta aplicação desses recursos financeiros.

Os relatórios que foram produzidos pelo Tribunal de Contas ao longo destes anos comprovam essa gestão rigorosa dos recursos financeiros.

Mas não obstante tudo o que já foi feito, quero, para terminar, deixar a garantia de que o Governo Regional continuará a trabalhar em prol da segurança das pessoas e bens na nossa Região, no que constitui um processo contínuo que não pode ser interrompido ou dado por terminado, e que pela sua relevância nos envolve a todos.

Muito obrigado.

O Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública, 08 de março de 2016